



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010**

empresa de gestão especializada em transformação e melhoria de desempenho de negócios.

- **Comercialização de maçãs de terceiros:** Em 2010, a Renar também comercializou frutas compradas de produtores detentores de pomares próprios, denominados no mercado como "terceiros". O volume comercializado no ano proveniente de terceiros foi de aproximadamente 13.800 toneladas, representando 16% do volume total de maçãs disponível para venda pela Companhia em 2010. Em razão da prioridade de utilização da caixa para atender compromissos operacionais e financeiros da Companhia, durante o ano de 2010, não foram realizados adiantamentos a produtores de maçãs para financiamento da safra de 2011.
- **Desmobilização de ativos não operacionais:** A Companhia realizou em 2010 a venda de 450 hectares de terras, rural, floresta e urbana, no valor total de R\$ 4,5 milhões. As transações de venda foram realizadas em valores de mercado e estão suportadas por laudos de avaliação emitidos por empresas independentes.
- **Cenário Econômico-Setorial:** De acordo com os dados da ABPM - Associação Brasileira dos Produtores de Maças, a safra nacional em 2010 alcançou a marca recorde de 1.150.000 toneladas, apresentando um crescimento de quase 10% em relação ao ano anterior, cuja safra foi de 1.046.000 toneladas. Ocasionalmente, ocasionada principalmente pelo aumento da área plantada, a safra de 2010 atingiu volume recorde a despeito de dois fatores prejudiciais ocorridos na época da colheita: excesso de chuvas e dificuldade de contratação de mão de obra. Em 2010, o volume de exportação do setor foi de 90.900 toneladas, quase 8% inferior ao volume exportado em 2009. Esta redução nas exportações no setor de maçãs ocorreu principalmente pela valorização do real frente a moedas estrangeiras.

milhões, as despesas comerciais foram de R\$ 1,1 milhão, as despesas gerais e administrativas no trimestre somaram R\$ 1,1 milhão, conduzindo a um resultado operacional antes de despesas financeiras de R\$ 2,3 milhões. Se adicionadas as despesas de depreciação lançadas em 4º trimestre de R\$ 2,4 milhões devido ao ajuste patrimonial, o resultado corrente do trimestre antes de depreciação, impostos e despesas financeiras (também denominado EBITDA) alcançou R\$ 4,7 milhões.

**Mercado de Capitais:** As ações da Renar Maças S.A. estão registradas para negociação na Bovespa sob o código "RNAR3", admitidas à negociação no Novo Mercado, nível mais elevado de práticas diferenciadas de governança corporativa. As ações da Companhia encerraram o ano de 2010 com cotação de R\$ 0,65, em comparação à cotação de fechamento do ano anterior de R\$ 1,02. Foram realizados no ano 26.697 negócios com ações da Companhia, envolvendo 95.490.300 ações, com volume financeiro total do ano de R\$ 96.820.960 (fonte: Bovespa).

**Recursos Humanos:** A Renar encerrou o ano de 2010 com 1.392 empregados diretos, incluindo os profissionais alocados nas empresas Pomifrai Fruticultura e Pomifrai Alimentos. No encerramento de 2009, o mesmo grupo de empresas contava com 1.605 empregados. Tal redução de 13% no número de empregados foi resultante principalmente da integração operacional e administrativa das empresas.

**Relacionamento com Auditores Independentes:** A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em linha com o Inciso II, artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia adota como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar seu Conselho de Administração para assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

**Responsabilidade Social e Ambiental; Ecologia e Meio Ambiente:** A Companhia preocupa-se com a sustentabilidade de seus negócios, aplicando em suas atividades, além das normas ambientais nacionais e internacionais, um rigoroso respeito à sociedade e ao meio ambiente. As Atividades estão reguladas com a emissão do respectivo Laudo Ambiental de Operação (LAO), expedido pela Fundação de Tecnologia e Meio Ambiente de Santa Catarina, necessário para as operações de produção, exigidas pela Legislação Brasileira. As fontes de águas dentro das propriedades estão 100% protegidas e são monitoradas constantemente por meio de exames laboratoriais periódicos para impedir contaminação. A Administração se preocupa com questões ambientais e sociais, executando atividades de forma consciente, respeitando a natureza, o ser humano e a sociedade em geral. A Companhia investe na proteção ambiental, conservando uma Mata Nativa denominada Mata René Frey, com 61,7 hectares, localizada praticamente dentro da cidade de Fraiburgo com árvores com mais de 300 anos de idade. Em 2007, juntamente com a APRIMAV, uma ONG especializada na recuperação de matas nativas, iniciamos um projeto de recuperação das partes degradadas pelo tempo dentro da mata René Frey, que estavam sofrendo com a invasão de espécies daninhas não originárias. Esse patrimônio, símbolo de preservacionismo, é objeto de visitas e, principalmente, admissão pública da população e de turistas de todas as regiões do País, que juntamente com a colheita das maçãs, constituem uma das maiores atrações turísticas do município. Desde 2003, a Companhia se preocupa com a segurança dos processos de forma que garanta a qualidade de seus produtos, possuindo o certificado **Good Agricultural Practices (EUREP-GAP) e British Retail Council (BRC)**, Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APEC (HACCP), e manteve-os por meio de auditoria independente realizada pela **Latus Sistemas. Cláusula Compromissória de Adesão à Câmara de Arbitragem:** A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu Estatuto Social. "Cláusula Compromissória" consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus Acionistas, Administradores, membros do conselho fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além de quaisquer constantes desse Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Participação no Novo Mercado da Bovespa. **Perspectivas para 2011:** Em 2011, os resultados consolidados da Renar e controladas deverão refletir por inteiro as medidas de racionalização de custos e despesas, integração das operações entre Renar e Pomifrai e demais iniciativas de melhoria de desempenho implementadas ao longo do ano de 2010. A Administração da Companhia tem como prioridades para 2011 atingir melhores níveis de rentabilidade e reduzir o seu endividamento. Desta forma, o seu planejamento tem como prioridades:

- Reestruturar a sua área comercial, visando: a) desenvolver canais de vendas hoje não explorados, como os auto-serviços, b) fortalecer a sua posição em regiões atualmente pouco exploradas, visando aumentar a sua distribuição nacional.
- Manter os seus esforços para desmobilizar ativos não relacionados com a sua atividade produtiva.
- Aumentar a eficiência operacional, reduzindo áreas de pomares com menor produtividade e racionalizando o processo de gestão através de processos integrados entre todas as áreas.
- **Agradecimentos:** Nossos agradecimentos aos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas. Destacamos a dedicação das autoridades ligadas às nossas atividades, dos representantes da Associação Brasileira de Produtores de Maças - ABPM e do Ministério da Agricultura na busca pelo desenvolvimento do setor de maçãs.

Fraiburgo, 31 de março de 2011

A Diretora

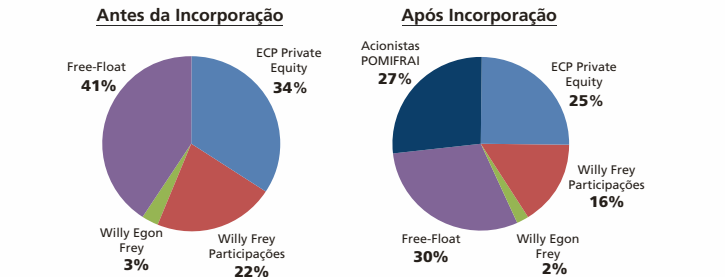
A Renar Maças S.A. submeteu à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Mensagem da Administração:** A Renar Maças S.A. foi fundada em 1962 em Fraiburgo, Santa Catarina. Em seus quase cinquenta anos de atividades, a Companhia tem se desenvolvido como organização empresarial de relevância no mercado em que atua, especialmente, pelos investimentos em processos e tecnologias para a produção, classificação, armazenagem e comercialização de maçãs. O ano de 2010 foi marcado por importantes desenvolvimentos no contexto operacional e posicionamento de mercado da empresa.

**Incorporação da POMIFRAI:** Em dezembro de 2009, a Renar anunciou a incorporação da Pomifrai Fruticultura S.A. (produtora de maçãs do mesmo ramo de atividade da Renar Maças e de porte semelhante), bem como da sua subsidiária Pomifrai Alimentos Ltda. (produtora de derivados da maçã), em busca do objetivo da Companhia em se tornar uma das mais importantes empresas de fruticultura do Brasil. Em setembro de 2010, foi concluída a incorporação da Pomifrai Fruticultura à Renar Maças S.A. A consolidação dos processos operacionais, administrativos e financeiros das duas empresas sob uma só gestão foi um passo fundamental na execução da estratégia de negócios em 2010.



Estrutura de Capital e Entrada de acionistas ao Bloco de Controle: com a incorporação da Pomifrai em setembro de 2010, a Renar passou contar com a seguinte estrutura de capital:



Os benefícios das sinergias entre Renar e Pomifrai podem ser notados em todas as áreas, tendo permitido que a Companhia ganhasse escala e produtividade. Além da área de pomares plantados ter aumentado substancialmente - 1.130 hectares - a capacidade de processamento e armazenagem da empresa mais que dobrou. Em 31 de dezembro de 2010 a Renar Maças S.A. possuía mais de 6.000 hectares em terras, que podem permitir um aumento e até mesmo diversificação da produção. A sua área produtiva é superior a 1.900 hectares, que geram uma capacidade de produção anual superior a 70.000 toneladas de maçãs. Seus *packing houses* podem processar anualmente mais de 89.000 toneladas e a capacidade total de armazenagem refrigerada está próxima de 49.000 toneladas.

	Renar Maças S.A.	Pomifrai Frut. S.A.	Renar + Pomifrai
Total de Terras (ha)	2.723	3.427	6.150
Pomares Utilizados (ha)	851	1.111	1.962
Capacidade dos Pomares (ton./ano)	31.500	39.000	70.500
Capacidade do packing house (ton./ano)	44.160	45.000	89.160
Armazenagem (ton.)	22.000	26.965	48.965

**Gestão e Governança Corporativa:** durante o ano de 2010, a empresa promoveu importantes transformações na sua gestão visando (1) promover a incorporação da Pomifrai de maneira rápida e eficiente, (2) buscar sinergias, reduções de custos e ganhos de produtividade em decorrência do processo de fusão das duas empresas e (3) consolidar sistemas, processos, bem como conhecimento técnico e capital humano. Tais transformações foram de fundamental importância para que a Renar Maças S.A. continue fortalecendo a sua posição financeira e operacional, mantendo sua posição de destaque no mercado de fruticultura brasileiro. Para contribuir com estas iniciativas, a Renar contratou a Excelia,

**BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de Dezembro - Em Milhares de Reais**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<b>Ativo Circulante</b>	<b>30.921</b>	<b>29.727</b>	<b>34.356</b>	<b>29.727</b>
Disponíveis	487	1.878	1.831	1.878
Caixa e Bancos	467	1.323	504	1.323
Aplicações Financeiras	—	555	1.327	555
<b>Direitos Realizáveis</b>	<b>30.434</b>	<b>27.849</b>	<b>32.525</b>	<b>27.849</b>
Clientes	3.993	4.419	4.518	4.419
Estoques	9.370	13.052	18.145	13.052
Ativos a Recuperar	3	51	530	51
Adiantamentos a Fornecedores	5.344	8.055	5.638	8.055
Ativação de Bens do Imobilizado	7.784	1.405	2.784	1.405
Partes Relacionadas	8.109	—	—	—
Outras Contas a Receber	546	97	615	97
Despesas Antecipadas	285	770	295	770
<b>Não Circulante</b>	<b>115.396</b>	<b>83.887</b>	<b>166.880</b>	<b>83.887</b>
Realizável a Longo Prazo	8.870	7.713	15.381	7.713
Depósitos Judiciais	710	213	1.604	213
Tributos a Recuperar	6.374	5.725	10.327	5.725
Alienação de Bens do Imobilizado	1.832	1.702	1.832	1.702
Outras Contas a Receber	54	73	1.618	73
<b>Investimentos</b>	<b>36.359</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Imobilizado	69.933	76.148	150.983	76.148
Intangível	131	23	259	23
Diferido	3	3	257	3
<b>Total do Ativo</b>	<b>146.317</b>	<b>113.614</b>	<b>201.236</b>	<b>113.614</b>

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<b>Passivo Circulante</b>	<b>36.305</b>	<b>33.389</b>	<b>57.599</b>	<b>33.389</b>
Fornecedores	9.728	13.272	13.327	13.272
Salários e Encargos Sociais	1.246	1.393	2.586	1.393
Obrigações Tributárias	305	125	1.437	125
Adiantamentos	4.399	269	4.529	269
Empréstimos e Financiamentos	17.874	15.337	32.963	15.337
Partes Relacionadas	2.026	1.962	2.026	1.962
Outras Obrigações	729	1.031	731	1.031
<b>Não Circulante</b>	<b>51.300</b>	<b>23.755</b>	<b>84.925</b>	<b>23.755</b>
Empréstimos e Financiamentos	36.495	19.324	55.122	19.324
Depósitos Judiciais	458	—	—	—
Tributos Diferidos sobre Reavaliação	8.506	3.725	21.842	3.725
Provisão para Contingências	537	706	610	706
Provisão Preço Mínimo Ações	5.304	—	5.304	—
Outros Valores	—	—	2.047	—
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>58.712</b>	<b>56.470</b>	<b>58.712</b>	<b>56.470</b>
<b>Capital Social</b>	<b>110.986</b>	<b>62.400</b>	<b>110.986</b>	<b>62.400</b>
Reservas de Reavaliação	16.582	23.785	16.582	23.785
Reservas de Lucros	35	35	35	35
Reserva Legal	35	35	35	35
<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>(68.891)</b>	<b>(29.750)</b>	<b>(68.891)</b>	<b>(29.750)</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>146.317</b>	<b>113.614</b>	<b>201.236</b>	<b>113.614</b>

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Período de 31/Dez/08 a 31/Dez/10 - Em Milhares de Reais**

	2010		2009	
	Saldo em 31/Dez/08	Saldo em 31/Dez/09	Saldo em 31/Dez/08	Saldo em 31/Dez/09
<b>Saldos em 31/Dez/08</b>	<b>62.400</b>	<b>62.400</b>	<b>58.712</b>	<b>56.470</b>
Aumento de Capital	48.586	—	—	—
Realização de Reserva de Reavaliação	—	(839)	—	839
Reversão do IR e CS s/Reavaliação	—	135	—	—
Prejuízo do Exercício	—	—	(15.630)	(15.630)
<b>Saldos em 31/Dez/09</b>	<b>62.400</b>	<b>23.785</b>	<b>35</b>	<b>(29.750)</b>
Aumento de Capital	—	—	—	48.586
IR e CS Diferidos s/Reavaliação	—	(5.172)	—	(5.172)
Realização de Reserva de Reavaliação	—	(2.422)	—	2.422
Reversão do IR e CS s/Reavaliação	—	391	—	—
Realização de Avaliação Patrimonial - Impacto Eq. Patrim.	—	—	(3.271)	(3.271)
Ajustes de Exercício Anterior - Impacto Eq. Patrim.	—	—	628	628
Ativos e Passivos Baixados na Avaliação - Impacto na Eq. Patrim.	—	—	(6.182)	(6.182)
Realização Ágio - Impacto na Eq. Patrim.	—	—	2.308	2.308
Prejuízo do Exercício	—	—	(35.046)	(35.046)
<b>Saldos em 31/Dez/10</b>	<b>110.986</b>	<b>16.582</b>	<b>35</b>	<b>(68.891)</b>

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 - Em Milhares de Reais**

**1. Contexto Operacional:** A Renar Maças S.A. foi constituída em 22/Fev/67 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais. A companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28/Dez/04. Em 02/Dez/09 a Renar Maças S.A. e a Pomifrai Fruticultura S.A. firmaram, juntamente com os acionistas da Pomifrai e outros, um Acordo de Intenção ("Acordo de Incorporação"), visando viabilizar a associação estratégica entre as companhias, objetivando unificar suas operações mediante a incorporação das ações de emissão da Pomifrai pela Renar Maças, nos termos do art. 252 da Lei nº 6.404/76 ("Associação Estratégica"). A assinatura do acordo de incorporação foi autorizada pelo conselho de administração da Renar Maças, em reunião realizada em 02/Dez/09. Em 28/Set/10 a companhia realizou AGE, que conforme deliberação (iv): Aprovou a incorporação de ações, convertendo-se a Pomifrai em subsidiária integral da companhia, nos termos do artigo 252 da Lei nº 6.404/76 e conforme estabelecido no protocolo e justificativa, no qual foi fixada uma relação de substituição de 1,5 (uma e meia) ação ordinária de emissão da companhia para cada 1 (uma) ação de emissão da Pomifrai a ser incorporada ("Relação de Substituição"), totalizando uma emissão, pela companhia, de 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, escrituras e sem valor nominal ("Novas Ações").

**2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como consolidado - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as diretrizes da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pelos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis, aplicáveis à companhia, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade. As informações contidas neste relatório estão apresentadas de forma consolidada e foram aprovadas pela diretoria e pelo conselho de administração da Renar Maças S.A. em 08 de Abril de 2011. A avaliação do investimento em controlada é apresentada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, o que diverge das IFRSs, nas quais a exigência é para que a avaliação desses investimentos nas demonstrações da controladora seja pelo seu valor justo ou pelo custo. As práticas e avaliações contábeis adotadas que produziram efeitos na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão baseadas nos pronunciamentos contábeis, as quais foram. Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração da companhia não aplicou o referido pronunciamento, conforme explicado nota 3.6; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 640/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; a administração da companhia registrou os efeitos em suas demonstrações financeiras; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 641/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, a administração, para o exercício findo de 31/Dez/10, está apresentando a demonstração dos fluxos de caixa comparativa com o exercício de 2009; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 644/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, a administração apurou e contabilizou os valores nessa conta; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 646/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, a administração aplicou o presente pronunciamento e não aplicou o presente pronunciamento em suas demonstrações financeiras; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 557/08, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado - DVA, a administração, para o exercício findo de 31/Dez/10, está apresentando a DVA comparativa com o exercício de 2009; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 564/08, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a administração aplicou este pronunciamento e apurou valores, os quais foram contabilizados tanto em seus ativos quanto em seus passivos; • Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, aprovado pela Deliberação CVM nº 580/09. A administração informa que adquiriu até 30/Set/10 ativos, assumindo passivos, mediante a combinação de negócios no período de 2010, conforme divulgado detalhadamente na nota 25; • Pronunciamento Técnico CPC 16 - Estoques, aprovado pela Deliberação CVM nº 575/09. A administração da companhia avaliou as exigências do Pronunciamento e concluiu que as práticas contábeis relacionadas aos estoques já estavam em harmonia com essas novas exigências; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 605/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada e Controlada e considerando que possui investimentos na controlada Pomifrai Fruticultura S.A., a administração da companhia aplicou os procedimentos exigidos no pronunciamento, conforme detalhamento na nota 10; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 577/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos, a administração aplicou esse pronunciamento e não apurou valores relevantes que justificassem modificações nos procedimentos contábeis aplicados às demonstrações financeiras; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 594/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes, a administração aplicou este pronunciamento e contabilizou e divulgou valores, conforme demonstrado na nota 17; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 583/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, a administração da companhia, informa que está implementando os controles internos necessários para mensurar os reflexos da aplicação das exigências deste pronunciamento na controladora, conforme demonstrado em nota 3.6; • Quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41), aprovado pela Deliberação CVM nº 596/09, a administração, após analisar as etapas do processo de desenvolvimento da fruta, concluiu que não é possível o reconhecimento e mensuração do ativo biológico, haja vista que, somente após a maturação, ou seja, em até 10 dias antes do fruto estar maduro e apto para colheita, é possível valorizá-lo. Dessa forma, a administração decidiu por não reconhecer os efeitos dos ativos biológicos; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 597/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 30 - Receitas, a administração aplicou esse pronunciamento e informa que as receitas de vendas são reconhecidas quando a propriedade e os riscos inerentes ao produto são substancialmente transferidos aos clientes. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 599/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a administração adota procedimentos contábeis de reconhecimento e divulgação detalhada da tributação sobre o lucro, conforme se observa na nota 20; • Em atendimento a Deliberação CVM nº 599/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas, a administração informa que na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram observadas as exigências CPC 36 (R1); • Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração; Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, todos aprovados pela Deliberação CVM nº 604/09. A companhia já adotava procedimentos contábeis de reconhecimento e divulgação dos instrumentos financeiros, motivo pelo qual a administração informa que a aplicação das exigências desses pronunciamentos não provocaram reflexos contábeis, apenas maiores informações em notas explicativas das demonstrações financeiras, conforme nota 22. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas contempladas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38, da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica, face ao regime tributário de transição - RTT, devendo ser considerados para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31/Dez/07. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e da controlada são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). Para fins das demonstrações consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de

cada empresa do grupo são convertidos para reais que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. **3. Principais Políticas Contábeis - Apresentação do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **3.2.1. Ativos financeiros:** São mensurados ao valor justo por meio do resultado, e incluem ativos financeiros disponíveis para negociação no curto prazo e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado na linha de receitas ou despesas financeiras quando incorridos. Os principais ativos financeiros, reconhecidos pela companhia, são caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras em fundos de renda fixa com rendimento diário, contas a receber de clientes, contas a receber por alienação de bens do ativo imobilizado. A companhia não identifica ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento. **3.2.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como não mensurados ao valor justo e compostos por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os principais passivos financeiros identificados pela companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos. **3.3. Caixa equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em movimento, aplicações financeiras, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras, classificadas como equivalentes de caixa, são ativos financeiros disponíveis para negociação. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber são apresentadas a valores de realização, com atualização cambial, quando denominadas em moeda estrangeira, e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização. **3.5. Estoques:** Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias e identificadas, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. **3.6. Imobilizado:** Na Controladora o ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, incluindo os bens adquiridos por arrendamento mercantil, deduzido da depreciação acumulada, atualizado monetariamente até 31/Dez/95. As depreciações são calculadas pelo método linear, observadas as taxas anuais informadas na nota 11. A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29/Dez/06, novas taxas de depreciação foram aplicadas aos pomares, edificações urbanas e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Períodos Fintos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 - Em Milhares de Reais

A composição das Contas a Receber por idade de vencimento é:

Vencimentos	Em Milhares de Reais		Consolidado	
	31/Dez/10	31/Dez/09	31/Dez/10	31/Dez/09
Vencidas até 30 dias	117	481	298	192
Vencidas de 31 a 60 dias	63	1.863	1.65	1.863
Vencidas de 61 a 90 dias	10	192	15	181
Vencidas de 91 a 180 dias	729	163	748	163
Vencidas a mais de 180 dias	7.110	51	8.086	51
<b>Total vencidas</b>	<b>8.029</b>	<b>2.750</b>	<b>9.312</b>	<b>2.750</b>
A vencer	2.536	1.804	5.123	1.804
<b>Total Duplicatas</b>	<b>10.567</b>	<b>4.554</b>	<b>14.435</b>	<b>4.554</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é:

Movimentações	Em Milhares de Reais		Consolidado	
	31/Dez/10	31/Dez/09	31/Dez/10	31/Dez/09
Saldo inicial	(135)	(153)	(135)	(153)
Adições	(2.554)	(84)	(3.293)	(84)
Recuperações	-	102	-	102
<b>Total</b>	<b>(2.689)</b>	<b>(135)</b>	<b>(3.428)</b>	<b>(135)</b>

A composição dos estoques em 2010 e 2009 está demonstrada a seguir:

Descrição	Em Milhares de Reais		Consolidado	
	31/Dez/10	31/Dez/09	31/Dez/10	31/Dez/09
Maças Próprias	219	36	299	36
Maças de Terceiros	246	1.944	246	1.944
Produtos em Formação (Safrá de Maças)	6.787	8.990	14.405	8.990
Material Consumo e Reposição	1.672	2.047	2.301	2.047
Outros	426	-	356	-
<b>Total</b>	<b>9.370</b>	<b>13.052</b>	<b>18.145</b>	<b>13.052</b>

Descrição	Em Milhares de Reais		Consolidado	
	31/Dez/10	31/Dez/09	31/Dez/10	31/Dez/09
Ativo Circulante	3	51	530	51
IRRF sobre Aplicação Financeira	3	51	12	51
ICMS	-	-	-	-
PIS	-	-	15	-
COFINS	-	-	71	-
Contribuição Social s/Lucro	-	-	11	-
Crédito Presumido IPI a Recuperar	-	-	421	-
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>6.374</b>	<b>5.725</b>	<b>10.327</b>	<b>5.725</b>
ICMS	547	584	584	584
PIS	1.099	932	1.706	932
COFINS	4.728	4.209	7.767	4.209
<b>Total</b>	<b>6.377</b>	<b>5.776</b>	<b>10.857</b>	<b>5.776</b>

Os montantes de PIS e de COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades da companhia. Foi requerido, administrativamente, junto à Secretaria da Receita Federal, amparada no art. 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a restituição de R\$ 2.009 mil que se encontra passível de análise pelos auditores fiscais. Na controladora o montante é de R\$ 2.386 mil, esses créditos já estão sendo analisados pela Receita Federal. **B. Adiantamentos a Fornecedores:** Os adiantamentos a fornecedores correspondem aos

11. Imobilizado:

Descrição	Em Milhares de Reais		Consolidado		Taxa % Média Ponderada
	31/Dez/09	2010	31/Dez/09	2010	
<b>Imobilizado Próprio Operação</b>	<b>34.057</b>	<b>61</b>	<b>3.940</b>	<b>34.369</b>	<b>62.214</b>
Edificações	8.087	5	200	1.845	8.087
Beneficiárias	1.541	-	277	1.534	1.541
Culturas Permanentes	13.236	-	3.308	14.889	13.236
Máquinas e Equipamentos	6.904	21	155	6.061	12.563
Câmaras Frigoríficas	3.690	-	-	3.272	3.690
Veículos e Tratores	412	-	(10)	224	568
Móveis e Utensílios	168	35	(20)	158	314
Arrendamento Mercantil	19	-	-	19	19
<b>Benf. em Imóveis de Terc.</b>	<b>457</b>	<b>-</b>	<b>(286)</b>	<b>(137)</b>	<b>34</b>
Edificações	268	-	(177)	(91)	-
Vestibário/Banheiros Vacaria	36	-	-	(2)	34
Beneficiárias	58	-	(53)	(5)	-
Pomares	95	-	(56)	(39)	-
Outras	-	-	-	-	-
<b>Imobilizações em Andamento</b>	<b>4.643</b>	<b>654</b>	<b>(329)</b>	<b>1.009</b>	<b>2.012</b>
Edificações	285	58	-	40	285
Beneficiárias	225	-	-	225	246
Pomares em Implantação	3.729	596	(329)	340	1.004
Florestas em Formação	329	-	-	329	439
Máquinas e Equipamentos	75	-	-	75	239
<b>Reavaliações</b>	<b>36.991</b>	<b>-</b>	<b>(1.934)</b>	<b>(506)</b>	<b>44.318</b>
Terenos	25.362	-	(1.769)	34.521	31.329
Edificações e Beneficiárias	11.025	-	(166)	10.469	12.500
Culturas Permanentes	604	-	1	(116)	489
<b>Ajuste Patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.404</b>
Terenos	-	-	-	-	14.350
Edificações	-	-	-	-	606
Beneficiárias	-	-	-	-	2
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	9.424
Câmaras Frigoríficas	-	-	-	-	15.970
Veículos e Tratores	-	-	-	-	1.974
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	78
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>76.148</b>	<b>715</b>	<b>(2.758)</b>	<b>(4.142)</b>	<b>69.933</b>

12. Ativo Diferido: A administração optou em manter nas suas demonstrações financeiras de 31/Dez/10 e 31/Dez/09 os valores do ativo diferido, referente a despesas pré-operacionais, mesmo tendo conhecimento de que a manutenção desse ativo não é permitida pelas práticas contábeis internacionais.

Descrição	Em Milhares de Reais		Consolidado	
	31/Dez/08	31/Dez/09	31/Dez/08	31/Dez/09
Saldo 31/Dez/08	1.706	1.644	62	2.000
Aquisições	-	-	-	-
Baixas amortizações	-	59	(59)	59
Saldo 31/Dez/09	1.706	1.703	3	2.000

13. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem as seguintes principais características e valores.

Instituições Financeiras	Taxa Anual		Vencimento		Em Milhares de Reais	
	Contrato	Final	31/Dez/10	31/Dez/09	31/Dez/10	31/Dez/09
Bancos Comerciais A.CC	13,00%	Set/11	1.501	2.131	-	-
Bancos Comerciais A.CC	22,13%	Jan/11	-	-	-	-
Bancos Comerciais A.CC	9,47%	Jun/11	1.222	1.212	-	-
Bancos Comerciais A.CC	7,16%	Set/10	-	778	-	-
Bancos Comerciais A.CC	7,74%	Mar/11	4.069	676	-	-
Bancos Comerciais A.CC	11,67%	Out/10	-	58	-	-
Bancos Comerciais/GIRO	23,87%	Fev/12	2.314	-	-	-
Bancos Comerciais/LEC	5,97%	Nov/12	749	886	-	-
Bancos Comerciais/LEC	6,75%	Jun/11	21.087	1.517	-	-
BNDES/cartão de Crédito/Equipamentos	14,57%	Set/11	7	25	-	-
BRDE/BNDES/FINPE	4,00%	Jan/11	197	706	-	-
BRDE/BNDES/PROINSA	5,00%	Fev/12	449	562	-	-
BRDE/FININP	9,00%	Dez/12	2.337	3.064	-	-
BRDE/BNDES/EXIM	9,24%	Nov/12	4.268	3.286	-	-
BRDE/BNDES/Modernização frota	9,66%	Set/14	147	213	-	-
Bradesco/Modernização frota	9,50%	Set/13	166	225	-	-
BRDE/BNDES/PRODEFRUTA	8,06%	Ago/15	572	664	-	-
Badesco/Automação Agropecuária	6,00%	Jan/12	449	549	-	-
Securitizações BRDE/BNDES/PRODEFRUTA	8,06%	Ago/15	572	664	-	-
BRDE/BNDES/Automação Agropecuária	5,00%	Ago/17	9.239	10.343	-	-
Badesco/Automação Agropecuária	6,00%	Jan/12	449	549	-	-
Securitizações Custeio Agrícola	7,03%	Fev/14	1.225	1.597	-	-
Securitizações Custeio Agrícola	4,10%	Jun/20	116	87	-	-
Securitizações Custeio Agrícola	3,88%	Jun/19	95	69	-	-
BESC	8,34%	Jun/22	495	69	-	-
BRDE-FINAME	5,46%	Jan/11	6	2	-	-
BRDE	8,70%	Out/21	74	39	-	-
BRDE	4,38%	Jun/11	377	387	-	-
BADESC/BNDES	8,00%	Jul/11	23	8	-	-
João Antonio Tedesco	14,62%	Nov/13	2.066	2.448	-	-
MP Ramos	11,00%	Mar/10	-	30	-	-
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>54.369</b>	<b>34.661</b>	<b>(17.874)</b>	<b>(16.337)</b>

Parcela no Circulante (17.874) (34.661)

Parcela no Não Circulante 36.495 19.324

Ano	Em Milhares de Reais
2012	4.413
2013	3.806
2014	4.080
2015	909

Após 2015 Financiamentos Pomfrai Fruticultura S.A.

Modalidade	Taxa anual	Vencimento	Em Milhares de Reais	
			31/Dez/10	31/Dez/09
<b>Custeio</b>			<b>2.433</b>	<b>2.726</b>
Banco do Brasil S.A. - Giro Flex	29,172% aa	fev/10	-	550
Banco Santander - LEC	6,75% aa	fev/10	-	204
Banco Bradesco S.A. - Cap	6,75% aa	jun/10	-	403
Banco do Brasil S.A. - ACC	9,5% aa	mar/11	715	-
BRDE - SC - Proinsa	5% aa	dez/13	1.718	1.569
<b>Investimento:</b>			<b>16.950</b>	<b>17.104</b>
Banco Finasa				
BMC S.A. - Leasing	1,51% aa	dez/10	-	20
Banco PSA Leasing	0,01% aa	jan/11	1	17
BRDE - SC - 1827	6,5% aa + TJLP	Jun/11	163	219
BRDE - SC - 14544	8,75% aa	nov/11	115	104
BRDE - SC - 17435	10,75% aa	jan/12	122	122
BRDE - SC - 15195	8,75% aa	nov/12	172	155
BRDE - SC - 16703	8,75% aa	fev/13	447	596
BRDE - SC - 14562	7,0% aa + TJLP	nov/13	419	368
BRDE - SC - 17548	8,75% aa	dez/13	607	756
BRDE - SC - 16579	8,75% aa	jan/14	223	279
BRDE - SC - 15243	5,0% aa + TJLP	dez/14	794	878
BRDE - SC - 17538	8,75% aa	mar/15	275	252
BRDE - SC - 18518	6,75% aa	out/15	247	231
BRDE - SC - 16578	5,0% aa + TJLP	jan/16	1.183	1.380
BRDE - SC - 18519	5,0% aa + TJLP	out/16	3.148	2.826
BRDE - SC - 20419	6,75% aa	abr/17	1.069	1.021
BRDE - SC - 20420	9,00% aa	abr/17	5.448	5.304
BRDE - SC - 17539	5,0% aa + TJLP	mar/18	2.517	2.516
<b>Capital de Giro</b>			<b>13.818</b>	<b>11.023</b>
Limite Cheque Especial Contas Corrente	-	-	2	208
Banco Santander - Cap. Giro	29,688% aa	dez/09	-	68
Banco Santander - Cap. Giro	1,75% am	jan/10	-	148
Banco do Brasil S.A. - Cap. Giro	1,72% am	fev/10	-	500
Banco Santander - Cap. Garantia	CDI + 0,97%	fev/10	-	208
Banco Santander - Cap. Giro	CDI + 0,44% am	fev/10	-	810
Banco Santander - Cap. Giro	CDI + 19,421% aa	mar/10	-	533
Banco Itaú - Cap. Giro	CDI 11,21% aa	mai/10	-	730
Banco Santander - Cap. Giro	CDI + 0,42% am	out/10	-	682
Caruana	23,87% aa	jan/11	2.528	-
Banco Itaú - Cap. Giro	CDI + 12,72% aa	out/11	467	455
Banco Santander - Cap. Giro	CDI + 2,35% am	nov/11	646	-
BRDE - SC - Capital de Giro	11,00% aa	nov/11	1.075	1.120
Banco Lomon (Lome) - Capital de Giro	CDI + 1,18% am	nov/12	6.118	5.561
Banco Santander - Cap. Giro	TJLP + 6%	jan/13	2.982	-

Alexandre Biselli  
Diretor Presidente

Waldir José de Freitas Candelária  
Diretor Financeiro e de RI

Marcelo Ferreira Holtz  
Diretor Comercial

Evandro Luciano Tezori  
Contador/CRC 027868/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia RENAR MAÇAS S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e a vista do parecer da RBAI - Patrússim Bedford Brasil - Auditores Independentes, apresentado com ressalvas, datado de 19 de abril de 2011. Após estes exames, opina no sentido de que os mencionados relatórios, estudos e demonstrações refletem

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, manifestando-se, na forma do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, favoráveis à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Fraiburgo - SC, 20 de abril de 2011

Alceu Schneider, Emílio Salomão Elias e Osmar Luiz Soligo

valores adiantados a produtores rurais, os quais a companhia possui contratos para a preparação da safra do próximo ano. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

Descrição	Em Milhares de Reais		Consolidado	
	31/Dez/10	31/Dez/09	31/Dez/10	31/Dez/09
Adiantamento Fornecedores	5.344	8.055	5.638	8.055

# Renar Maças S.A.

CNPJ nº 86.550.951/0001-50



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Renar Maças S.A. - Fraiburgo - SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renar Maças S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências técnicas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da empresa Pomifrai Alimentos Ltda., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010,

sendo que o investimento na controlada era representado pelo valor de R\$ 2.130 mil. Conforme mencionado na nota 3.6 - Imobilizado, a administração da Renar Maças S.A., ainda não implementou os controles internos necessários para mensurar os reflexos da aplicação das exigências do Pronunciamento Técnico CPC 01-R1 que trata da Redução ao Valor Recuperável de Ativos e do Pronunciamento Técnico CPC 27 que trata do ativo imobilizado, assim, não é possível avaliar a necessidade de haver ajustes para perdas por desvalorização (CPC 01-R1) ou face à adequação das depreciações aos efetivos prazos de vida útil dos bens do imobilizado (CPC 27). **Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais, essas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renar Maças S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião com Ressalvas sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da empresa Pomifrai Alimentos Ltda., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, sendo que a diferença entre ativos e passivos absorvidos nas demonstrações financeiras consolidadas foi de R\$ 2.130 mil. Conforme mencionado na nota 3.6 - Imobilizado, a administração da Renar Maças S.A., ainda não implementou os controles internos necessários para mensurar os reflexos da aplicação das exigências das Normas Internacionais de Relatório Financeiro IAS 36 e IAS 16 que tratam respectivamente da redução ao valor recuperável de ativos e do ativo imobilizado, assim, não é possível avaliar a necessidade de haver ajustes para perdas por desvalorização (IAS 36) ou face à adequação das depreciações aos efetivos prazos de vida útil dos bens do imobilizado (IAS 16). Conforme mencionado na nota 12 a administração da Renar Maças S.A. optou pela manutenção do saldo de ativo diferido, prevista no item 20 do Pronunciamento Técnico CPC 13 (em linha com o art. 299A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.941/09), nas demonstrações financeiras consolidadas. A manutenção desse ativo diferido não é permitida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2010, o saldo do ativo e patrimônio líquido estão aumentados em R\$ 257 mil (R\$ 297 mil em 2009), e o prejuízo do exercício está diminuído em R\$ 59 mil (R\$ 40 mil em 2009) em decorrência dos valores amortizados. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as

demonstrações financeiras consolidadas, essas demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira consolidadas da Renar Maças S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Renar Maças S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo e; pela manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos seus negócios. Considerando que a controladora - Renar Maças S.A. e a controlada - Pomifrai Fruticultura S.A., em suas operações normais não vem gerando resultados suficientes para cobrir as despesas comerciais, administrativas e financeiras, e as obrigações contraídas com terceiros, gerando prejuízos consecutivos desde o ano de 2007 e 2009, Renar Maças S.A. e Pomifrai Fruticultura S.A., respectivamente e, apresentar capital circulante negativo, a continuidade das operações fica sujeita à redução dos custos operacionais, captação de novos recursos financeiros, além de outras medidas administrativas descritas na nota explicativa 30 que visem estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio financeiro da controladora e controlada. **Outros Assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, bem como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 19 de abril de 2011

**Pedro Nunes de Gouveia**

Contador  
CRCPR nº 022.632/O-9 "S"-SC

**Írineu Homan**

Contador  
CRCPR nº 043.061/O-0 "S"-SC

**Russell Bedford Brasil - Auditores Independentes**

CRCPR nº 002.906/O-9 "S"-SC